

DAS ANDANÇAS DO MOVIMENTO QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE: UMA NOVA GRAMÁTICA NA LUTA POR TERRITÓRIOS EM CONFLITOS

FURTADO, Marivania Leonor Souza¹

SILVA, Regiane de Araújo²

Resumo: Este estudo apresenta a dinâmica das articulações quilombolas no Maranhão e suas expressões próprias de um fazer “movimento social” nesta parte da Amazônia. Construído com base em uma metodologia própria que não dissocia a reflexão teórica das investidas sobre a prática social, assim definida como etnografia nos interstícios, o estudo revela que a trajetória do movimento *quilombolas* maranhense se constitui sobre bases da convicção de que é por meio da luta e de reivindicações que as comunidades quilombolas terão seus direitos efetivados. Com essa convicção, os movimentos desenvolvem estratégias de ações coletivas como ocupação de órgãos públicos, conectam-se e estabelecem canais de diálogos e mediação com outros atores externos, além de se rearticularem constitutiva e disjuntivamente entre esferas “do mesmo” movimento quilombola. Toma como agentes sociais privilegiados o MOQUIBOM/MOQBEQ do litoral ocidental maranhense.

Palavras-chave: Movimento *quilombolas*. Direito Territorial. Amazônia Legal.

Abstract: This study presents the dynamics of the quilombolas articulations in Maranhão and their own expressions of a “social movement” in this part of Amazon. Based on an own methodology that does not dissociate the theoretical reflection of the invested ones on the social practice, defined as ethnography in the interstices, the study reveals that the trajectory of quilombolas maranhenses movements is based on the conviction that it is through the struggle and revindication that the quilombolas communities will have their rights fulfilled. Through this

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial da UEMA. Coordenadora/Pesquisadora do LIDA/UEMA. marivaniafurtado@yahoo.com.br

² Cientista Social. Pesquisadora do LIDA/UEMA. regianearaujos16@gmail.com

conviction, the movements construct strategies of collective actions, like public organs occupation, connect and set up channels of dialogue and mediation with other external actors, besides rearticulating constitutively and disjunctively between spheres “of the same” quilombola movement. It takes as privileged social agents the MOQUIBOM / MOQBEQ of the maranhense western coast.

Keywords: Quilombola movement. Territorial Law. Legal Amazon.

Introdução

O título deste artigo sinaliza um erro de concordância, que aponta para uma nova gramática no estudo das experiências coletivas reivindicatórias e suas autoidentificações. Na senda aberta pela discussão teórica dos “novos movimentos sociais”, entram em cena, como novos protagonistas dessas ações coletivas na luta por direitos específicos e diferenciados, aqui mais detidamente o direito ao território dos “remanescentes de quilombos”, sujeitos que, ao se apropriarem das categorias definidoras de tais direitos, ressemantizam tais categorias em um léxico próprio.

Na parte do litoral ocidental maranhense, onde se concentra grande parte das comunidades quilombolas autodeclaradas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, surgiram em 2010 e mais recentemente, em 2016, expressões de uma articulação social inserida dentro do movimento negro no Maranhão, autoidentificada como MOQUIBOM e MOQBEQ, respectivamente.

As articulações contemporâneas para a luta e defesa de seus territórios e reconhecimento formal de sua etnicidade derivam de um contexto histórico de formação territorial marcado por contradições e conflitos envolvendo os grupos étnicos aqui existentes, justamente na constituição do Brasil enquanto Estado-Nação. Lutas e movimentos

sociais marcaram a sociedade brasileira desde os tempos coloniais como símbolo de resistência contra a dominação e exploração (GOHN, 2000) e que, atualmente, se reinventam enquanto faces constitutivas/disjuntivas do movimento *quilombolas* no Maranhão.

A expressão “movimento quilombolas” ou um “eu, como um quilombolas”, assim mesmo no plural, afirmados por agentes sociais dessa região do Estado explicita uma forma própria de acionar uma identidade que, politizada nas relações de confronto, quando da disputa por territorialidades, disputa essa marcada pela violência, manifesta-se também oportuna como categoria analítica para analisar as expressões dos movimentos quilombolas nesta parte da Amazônia Legal.

Não raro em conversas informais ou em momentos de confrontos com o poder público ou mesmo participando das esferas de controle social, as lideranças quilombolas referem-se a si ou ao movimento que integram da seguinte forma: “eu como um quilombolas... ou o nosso movimento quilombolas”... Ao indagar uma liderança quilombola, do porquê de usar sempre a adjetivação no plural, nos informou: “É porque não sou eu que sou o quilombola é toda a minha comunidade...”

Entendendo assim que o termo quilombola, na visão desses agentes sociais, já denota identificação e processos de lutas coletivos, será aqui assumido para interpretar a dinâmica do movimento negro na parte norte da Amazônia Maranhense, a definição de movimento *quilombolas*. Com essa ênfase pretende-se superar a dicotomia da abordagem dos movimentos negros aqui existentes, como se constituíssem dois ou mais movimentos com o mesmo caráter. Intenta-se, assim, destacar, tal como o próprio léxico utilizado pelos agentes sociais favorece, uma possibilidade de teorização que pensa a articulação quilombola no Maranhão constitutiva e disjuntiva. Dessa forma abarca-se o singular e o plural nos processos de formação e ação do Movimento Quilombola do

Maranhão – MOQUIBOM e do Movimento Quilombola de Bequimão – MOQBEQ³.

Essa análise é fruto das experiências das autoras inseridas no Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades da Universidade Estadual do Maranhão – LIDA/UEMA, que, ao longo de quase uma década, tem desenvolvido estudos, pesquisas e processos interventivos junto aos povos e comunidades tradicionais no Estado, com destaque especial para as dinâmicas de luta e resistência de quilombolas e indígenas pelo reconhecimento formal de suas identificações e direitos constitucionais. Essas experiências apontam para uma metodologia própria que não dissocia a reflexão teórica das investidas sobre a prática social, assim definida como etnografia nos interstícios.

Ao promover ações de formação, de ação política ou mobilização social, o LIDA articula essas formas distintas e articuladas de saber a experiência da prática e a reflexão sobre essa prática. E assim, nessa dialética do propor e do refletir sobre o que se propõe, nos interstícios dessas ações, que não podem ser descoladas, é que se realizam os processos etnográficos.

Este estudo apresenta, portanto, a dinâmica das articulações quilombolas no Maranhão e suas expressões próprias de um fazer “movimento social” nesta parte da Amazônia.

É somente com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, entendida aqui como resultado das pressões sociais, sobretudo do movimento negro, que se tem uma nova postura por parte do Estado em relação às comunidades quilombolas. Foi na década de 1970 a 1980 que o tema quilombo, segundo Leite (2008), foi levado à Assembleia

³ Não trataremos, neste estudo, de outra importante agência representativa do movimento quilombola no Maranhão que é a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – ACONERUQ.

Nacional Constituinte por meio do discurso de alguns parlamentares e de militantes do Movimento Negro Unificado, a fim de que se tornasse dispositivo jurídico. Em consequência disso, assegurou-se o Artigo 68 da CF que reconhece direitos específicos para as comunidades quilombolas. Nesse sentido a Constituição de 1988 [...] formaliza direitos que já haviam sido apresentados por representantes dos movimentos sociais organizados e que, de maneira expressiva, atuaram nas subcomissões referentes às suas demandas. Da participação efetiva dos segmentos demandantes do respeito às suas condições étnicas e raciais, resultou a inserção no plano dos direitos formais, atos e dispositivos constitucionais específicos, aqui, em destaque, o direito territorial quilombola.

Os enfrentamentos com o poder público “responsável” pela titulação dos territórios quilombolas refletem, agora, não mais a inexistência, mas a morosidade da efetividade da política de regularização desses territórios, pois os direitos territoriais referentes às comunidades quilombolas se encontram garantidos apenas no âmbito formal, mas na prática ainda não se tem território quilombola integralmente titulado no Maranhão.

No Maranhão o procedimento para garantia dos títulos definitivos dessas comunidades tem sido configurado por um cenário de muitas lutas envolvendo importantes entidades quilombolas maranhenses como a Associação das Comunidades Negras Rurais (ACONERUQ), assessorada pela Centro de Cultura Negra e criada em 1997 enquanto um fórum que representa as comunidades quilombolas do Maranhão. Outra importante articulação de surgimento mais recente, por volta do final do ano de 2009 e oficialmente em 2010 é o Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) sobre a qual esta pesquisa se debruçará de forma mais detalhada.

Este texto apresenta uma análise etnográfica da configuração

do MOQUIBOM com objetivo de compreender a forma como esse Movimento tem se estruturado e atuado no Maranhão enquanto articulação representativa das comunidades quilombolas, de forma disjuntiva e constitutiva de novas articulação do movimento *quilombolas* no Estado.

1. O MOQUIBOM em “si”

Assumindo a metodologia da etnografia nos interstícios, os dados de campo aqui recolhidos para apresentar a “origem do MOQUIBOM” foram construídos em uma das etapas de formação de lideranças desse movimento, na qual se atuou na mediação do processo de educação política. Essa atividade é parte integrante de uma das principais estratégias de formação da base do Movimento, entendido como Encontros.

O MOQUIBOM realiza anualmente encontros sistemáticos que reúnem as lideranças e comunidades quilombolas para participarem do que também é chamado de “formação de lideranças do MOQUIBOM”. Nesses encontros são construídas as agendas do movimento e é traçado um roteiro de atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo nos meses ou ano posterior. À vista disso, no final de 2015, em um dos encontros do movimento, fora discutido entre as lideranças e comunidades presentes que o MOQUIBOM realizaria sua próxima atividade de formação em Taquaritiua, situada no município de Viana na Amazônia Legal Maranhense. A decisão por esse território justificava-se pelo apoio ao movimento de ocupação e de sua retomada pelos indígenas da etnia Gamela.

Assim como outras entidades, o LIDA⁴, enquanto parceiro de luta do MOQUIBOM, também se fez presente no referido encontro. Faz-se oportuno refletir sobre a relação estabelecida entre o núcleo de estudos e o MOQUIBOM. As pesquisas do LIDA assumem a perspectiva

⁴ Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão do qual as autoras fazem parte.

de Cardoso de Oliveira que sinaliza para um comprometimento antropológico que consiste não apenas na “busca por conhecimento sobre seu objeto de pesquisa, mas, sobretudo, compromete-se com a vida dos sujeitos submetidos à observação” (OLIVEIRA, 2006). Sob esse viés, a atuação das pesquisas ultrapassa a relação clássica de fazer pesquisa, pois as relações construídas em campo colocam em questão o ideário de uma neutralidade científica à medida em que o estar em campo implica identidades complementares e/ou contraditórias entre quem observa a realidade mas que faz, também, intervenções sobre a mesma.

Nesse sentido, é possível relacionar essa realidade com a prática de um ofício que também busca superar os “automatismos” impostos pela lógica clássica de se fazer pesquisa à medida que a forma como se está inserido no campo (por meio de assessorias, intervenções formativas) possibilita a construção de um método próprio de fazer pesquisa. É por meio da etnografia nos interstícios (FURTADO, 2017) que a construção do objeto de pesquisa se torna possível. Tal metodologia, assume “uma prática de pesquisa que não dissocia a investigação dos problemas sociológicos da atuação prática-política junto aos segmentos sociais que estão configurados como problema social.” (FURTADO, 2017, p. 2) Dito isto e assumindo tal metodologia passa-se à construção da narrativa sobre o MOQUIBOM, tomando como referência as próprias falas dos integrantes reunidos no Encontro de Taquaritiua.

O Encontro de Taquaritiua foi realizado em março de 2015 e reuniu lideranças do MOQUIBOM de vários municípios maranhenses em uma fazenda retomada por índios Gamela no município de Viana-MA, como dito anteriormente.

Nesse Encontro, que se estendeu por três dias, acompanhou-se diretamente uma atividade que se voltava para uma espécie de avaliação que as lideranças deveriam realizar sobre a atuação do movimento, tendo

por base a questão: “o que é o MOQUIBOM?”. Divididos em vários grupos de trabalho, as lideranças respondiam a essa pergunta e, posteriormente, deveriam apresentar suas considerações ao “grupão”. Assumiu-se nesse momento a função de relatoria de um dos grupos, por convocação dos próprios quilombolas, o que possibilitou a etnografia aqui desenhada.

Contar uma história cujo material para a sua feitura se apoia “apenas” em relatos dos próprios sujeitos inseridos no momento em que a referida história se processa, constitui-se num grande desafio. Primeiro, porque ao produzir falas e experiências históricas os sujeitos não estão refletindo ou classificando suas ações. Daí então, falam e agem em fragmentos, lacunas e inconsistências que caberia à pesquisa juntar e montar o quebra-cabeça-vivo. E não se sabe, ao certo, se o resultado agradaria àqueles sobre quem se narra. Em segundo plano, tal exercício, se não acertado quanto à forma, cumpre o grande compromisso em registrar o dito, a partir de quem efetivamente disse. Aqui os silenciados pela História. Acreditamos que “só” por isso o registro já se justificaria.

Narra-se, portanto, “o surgimento” e os objetivos do MOQUIBOM, tomando-se por base os fragmentos de vida/falas presenciados naquela oportunidade do Encontro em Taquaritiua.

O MOQUIBOM trouxe para o cenário político a questão agrária no Maranhão. (O que pode ser entendido como um Movimento) de enfrentamento (que também tem o objetivo de) orientar as comunidades.

(Esse movimento) descobre o conflito e promove consciência de que é preciso lutar pelo território. É a própria resistência contra o latifúndio. O movimento tem forte poder mobilizador e de financiamento de seus próprios gastos.

O MOQUIBOM é o único movimento que atualmente

tem se preocupado com a questão da titulação dos territórios quilombolas e não é mais só uma articulação da Baixada Maranhense constituindo-se, até mesmo, uma articulação nacional. O movimento não tem vínculos com o Estado e continua sendo um movimento diferenciado.

Há grande necessidade do movimento trabalhar nas próprias bases com um trabalho de formação qualificado que incentive as comunidades a outro demarcar seus territórios e terem mais autonomia.

O MOQUIBOM simboliza a luta, a força, a união e também nós mesmos. É enfrentamento e a grande barreira contra o latifúndio. O MOQUIBOM não é a CPT, não é o NERA, é a junção.

Para pensar relacionalmente sobre o que é o MOQUIBOM é preciso entender que a eclosão do mesmo se dá com base em conjuntos de tensões e forças sociais e não está dissociado das outras entidades que configuram o movimento negro-quilombolas no Maranhão (SOUSA, 2014).

Furtado (2012) afirma em suas análises que o MOQUIBOM surge como fruto dos descompassos das entidades representativas dos movimentos quilombolas no Maranhão e a luta pela titulação dos territórios caracteriza o principal motor mobilizatório do mesmo. Afirma essa autora que a emergência do MOQUIBOM traz como principal objetivo tornar novamente a luta pela titulação dos territórios quilombolas a prioridade e agenda maior do Movimento, diferenciando-se assim das outras entidades que têm se preocupado mais com a questão de programas e projetos que não se relacionam diretamente com a questão da terra (FURTADO, 2012).

Afirma Furtado:

O MOQUIBOM, diferentemente dos demais

segmentos do movimento quilombola no Estado, tem primado pela pauta da terra como ponto primordial para reprodução socioeconômica e cultural das comunidades negras rurais. Enquanto as outras entidades negociam com o poder público a inserção em programas vinculados às políticas assistenciais, o diferencial do MOQUIBOM é a luta pela terra, ou melhor, pela titulação de seus territórios com o lema “Território quilombola livre, já!” (FURTADO, 2012, p. 269)

Nas autorreflexões os agentes sociais pontuam que o MOQUIBOM consiste na própria afirmação do que o movimento faz e possibilita enxergar alguns aspectos sobre a forma de atuação do Movimento.

A expressão “O MOQUIBOM, não é a CPT, não é o NERA, é a junção”, mencionada na narrativa transcrita anteriormente, é oportuna para explorar a conexão que liga o Movimento a outras entidades. Nesse sentido, tanto por meio da pesquisa bibliográfica que trata sobre o MOQUIBOM, quanto pela experiência em campo é possível observar que a CPT-MA tem (teve) um papel relevante para o MOQUIBOM. Constitui-se como a principal entidade mediadora do Movimento frente a outras instituições. Tal aspecto permite a análise sobre a relação do Movimento com outras entidades e o impacto que as distintas relações de mediações causam no Movimento.

Ser um movimento de enfrentamento, postulado nas narrativas mencionadas anteriormente, relaciona-se com as inúmeras manifestações e reivindicações do MOQUIBOM frente aos órgãos responsáveis pela política de regularização fundiária. Além disso, sistematicamente, denunciam a violência no campo e as constantes ameaças de lideranças quilombolas envolvidas em conflitos territoriais.

Apresentar-se como um Movimento que “descobre o conflito e promove consciência” pode ser relacionado com outra importante

estratégia do MOQUIBOM que são os Encontrões de Formação que reúnem diversas comunidades quilombolas. Nesses espaços de formação, devido à própria dinâmica constitutiva do MOQUIBOM, sempre estão presentes os chamados “parceiros do movimento”. Normalmente atuam como mediadores nos processos formativos (Encontrões). Nos momentos de embate com o poder público, assumem o lugar de redatores das pautas, das moções de repúdio, bem como sintetizam “os reclames” do Movimento. Os principais parceiros do MOQUIBOM são núcleos de pesquisa (NERA, LIDA, dentre outros), entidades sindicais (CSP Conlutas) e confessionais (CIMI, CPT, Irmãs de Notre Dame, dentre outras).

A forma como o MOQUIBOM atua permite visualizar a complexidade das ações coletivas estabelecidas e como estas se configuram por meio de processos sociais heterogêneos.

Para entender a dinâmica do MOQUIBOM, enquanto movimento social, mobilizou-se o que Scherer-Warren compreende sobre essa noção, como redes sociais complexas que estão para além de organizações empiricamente delimitadas. Assim propõe:

[...]são redes sociais [...]que conectam de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e coletivos que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. (SCHERER-WARREN, 2012, p. 24).

Outro autor tomado por base para a análise dos processos aqui desenhados é Melucci (2001), pois este propõe que os atores que produzem ação coletiva, assim o fazem porque são capazes de atribuírem a si mesmos uma definição e, portanto se auto definir.. Dessa forma,

concordamos com esse autor quando aponta que o agir coletivo não pode ser compreendido como ato unitário, pois engendra uma pluralidade de significados, orientações e relações dentro de um mesmo fenômeno coletivo. São esses possíveis significados e orientações do MOQUIBOM que serão apontados a seguir.

1.1. Das andanças do MOQUIBOM: nas comunidades, nas ocupações, nos encontrões, nas mobilizações

À medida em que crescem a insegurança e a violência no campo relacionadas com as disputas territoriais que envolvem quilombolas e “proprietários de terras,” é possível traçar um campo de conflito delineado pelo próprio MOQUIBOM. Daí que na narrativa de si, as lideranças afirmam que “O MOQUIBOM é a própria resistência contra o latifúndio”. Órgãos como o INCRA, delegacias, dentre outros, se tornam alvos das reivindicações e pressões do Movimento.

O enfrentamento direto, por meio de acampamentos e mobilizações evidenciam a indignação das lideranças contra a violência no campo e a insatisfação de suas comunidades quilombolas com a morosidade da efetivação dos seus direitos específicos. Tais processos consistem numa forte estratégia de luta do Movimento.

Outra estratégia para fortalecer os vínculos do Movimento com as comunidades são as chamadas “missões quilombolas”. As missões quilombolas são pequenos encontros que ocorrem nas comunidades integrantes desse Movimento e objetivam fortalecer as comunidades-membros do MOQUIBOM.:

O MOQUIBOM, articula-se como uma rede de quilombos (...) fortalecendo-se pelos vínculos de solidariedade e enriquecendo-se com as diferenças entre seus Quilombos-Membros, num ambiente de debate

democrático, transparente e público.

Na fala de um dos integrantes/mediadores do movimento essas andanças pelas comunidades sempre aconteceram com os “nossos antepassados, que saíam de seus grilhões e andavam por quilômetros se libertando e libertando outras pessoas...Com essas andanças iam demarcando os seus territórios com os pés”.

Ao mesmo tempo em que essa metodologia das andanças fortalece a unidade na luta, potencializa a fragmentação da unidade, derivando assim “novas formas” de se constituir como movimento quilombolas.

2. MOQBEQ: O movimento quilombolas disjuntivo do MOQUIBOM

MOQBEQ é uma articulação quilombola local do município de Bequimão-MA. Desde 2010, esporadicamente, já vinham sendo realizadas atividades com as comunidades do município pelas lideranças locais, o que corresponde à própria temporalidade do MOQUIBOM. Apenas em 2016, uma assembleia com as lideranças quilombolas de Bequimão decidiu que a articulação local passaria a se denominar MOQBEQ – Movimento Quilombola de Bequimão: “Nós resolvemos em 2016 denominarmos nossa articulação local como MOQBEQ, isso entendendo que regionalmente somos MOQUIBOM” (entrevista realizada com liderança do MOQBEQ).

A existência e atuação do MOQBEQ respondem ao que o MOQUIBOM, nas andanças, sempre postulou: que cada município integrante do Movimento deveria trabalhar sua própria base, suas comunidades. Entretanto, o MOQUIBOM desautorizou o MOQBEQ de se autodefinir como parte daquele, pois tem considerado sua atuação muito atrelada ao poder municipal. Isso estaria ferindo um de seus princípios que seria a independência de “qualquer ingerência do poder

político instituído”(...).

O MOQBEQ, por sua vez, considera-se uma resposta à necessidade de proximidade das bases com suas demandas locais, visando sua autonomia em relação à centralidade do MOQBOM. Segundo uma liderança quilombola do MOQBEQ, já fazia um certo tempo que o MOQUIBOM não realizava reuniões locais nas comunidades de Bequimão.

No MOQUIBOM sempre se trabalhou um aspecto mais regional, em termos de municípios, como Serrano, Palmeirândia, Santa Helena, Perimirim, Mirinzal e outros. Os encontros de formação sempre foram mais organizados pela própria CPT também. Como o MOQUIBOM era organizado mais pela CPT do que pelas próprias comunidades quilombolas vimos a necessidade de criar um grupo mais formal do município de Bequimão. Assim surgiu o MOQBEQ que trabalha algumas formas do MOQUIBOM, só que é mais voltado especificamente para as comunidades de Bequimão que são mais de vinte. (Transcrição de entrevista realizada com a liderança)

Esse relato permite entender um dos elementos postulados nos estudos voltados para os “novos movimentos sociais” que é a solidariedade. Essa é uma categoria bastante utilizada como elemento de agregação dos atores às ações coletivas. Em Melluci (2001) um ator coletivo se define “por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos” p.(35).

Estes mesmos estudos orientam que o debate voltado para a solidariedade não compreende o interior dos movimentos como um ambiente harmonioso e homogêneo. Gohn (2000) afirma que “a forma como eles se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, cria um imaginário social de

unicidade, uma visão de totalidade”, entretanto “o usual é a existência de conflitos e tendências internas” (p.14). Dessa forma, a autorização ou desautorização do MOQBOM às ações do MOQBEQ não repercutem em termos de redefinição da agenda deste último, nem o desqualifica enquanto movimento quilombola base do MOQUIBOM.

No entendimento das lideranças do MOQBEQ a acusação de vinculação ao poder municipal não procede, pois tão somente reconhecem a participação do gestor municipal como um apoiador do movimento e não seu gestor. Compreendem, portanto, não estar ferindo o princípio apontado pelo MOQUIBOM.

Em entrevista realizada com uma das lideranças do MOQBEQ, esta expressou que é quase impossível o movimento trabalhar mais de vinte comunidades sem envolver a gestão municipal e que estabelecer certos laços com a política local não agradam as pessoas do Movimento, mas constitui algo positivo à medida que a gestão do município se compromete com as comunidades quilombolas de Bequimão em relação a melhorias na educação ou demandas específicas por políticas públicas em geral. Enfatiza ainda mais que a relação do MOQBEQ com a gestão política local tem limites.

A exemplo disso, afirmou ainda, que existem aspectos em que “não se fala a mesma língua entre o MOQBEQ e a gestão municipal”. O MOQBEQ se posiciona contrário à forma como a secretaria de educação tem gerido o ensino em Bequimão. E o Movimento tem reivindicado a implementação de polos educacionais voltados especificamente para as comunidades quilombolas. Complementa que “estão atentos a não aceitar propostas que mudem o ideário do movimento ou que faça o mesmo a entrar em contradição.”

O MOQBEQ vem desenvolvendo um acompanhamento das principais dificuldades enfrentadas nas comunidades de Bequimão e

dialogando com a gestão local possibilidades de melhorias:

o movimento paralisou as aulas em algumas comunidades por causa do risco que os alunos estavam correndo com a estrutura física da escola. Nós atrasamos as aulas, mas conseguimos pressionar a prefeitura para a reforma das escolas de Rio Grande, Maraja, Ariquipá, dentre outras.

Em ramal de Quindiuá foi inaugurado um poço que nunca funcionou, a comunidade vinha sofrendo com a falta de água. Conseguimos dialogar com a empresa que tem construído a ponte aqui de Bequimão, fizemos reunião e eles se comprometeram a fazer um poço para a comunidade. (Sr Crodival, Liderança do MOQBEQ)

O sr. Crodival explica que, assim como o MOQUIBOM realiza os trabalhos voltados para a certificação das comunidades quilombolas, o MOQBEQ também tem trabalhado com as comunidades que acionam o Movimento para obter certificação do seu território. Explica que essas atividades de certificação acabam agregando mais quilombolas para a militância no MOQBEQ e, conseqüentemente, do MOQUIBOM, pois essas lideranças não se consideram um movimento à parte e sim constitutivo do MOQUIBOM.

O MOQBEQ realiza um planejamento anual que compreende atividades culturais nas comunidades e atos políticos, como a Marcha da Consciência Negra realizada em novembro de 2017. Isso além de fazerem gestão junto ao poder público por políticas específicas e reconhecimento da presença negra no município. Em 2017, como fruto da pressão do MOQBEQ, o prefeito de Bequimão assinou uma lei decretando feriado municipal no dia 20 de novembro, dia da consciência negra. Essa é a primeira lei de feriado municipal no Maranhão.

Esse movimento realiza, também, ações de fortalecimento das pertenças raciais e étnicas das comunidades, como o Dia do Quilombolinha e o Festival de Cultura. Nesse Festival são reunidas

todas as comunidades quilombolas integrantes do movimento em um quilombo com infraestrutura adequada para receber atrações culturais (tambor de crioula, forró de caixa, danças regionais, exposição de artesanato e comidas locais) e realizar palestras de cunho formativo para os integrantes.

Além de palestras, como parte integrante das atividades do Festival de Cultura, são realizadas rodas de conversas com as comunidades sobre os problemas enfrentados em seus territórios, pois geralmente tem-se a presença do gestor do município.

Em 2017 o Movimento também inaugurou a Escola de Formação Política Negro Cosme, reunindo líderes de onze comunidades certificadas existentes em Bequimão para discutir temas ligados aos movimentos sociais, direitos territoriais, saúde e educação quilombolas. Em todos os módulos o LIDA atuou como parceiro, juntamente com outras entidades de apoio ao MOQBEQ.

A iniciativa de realizar formações de lideranças com as comunidades de Bequimão permite entender que o MOQBEQ tem promovido uma descentralização da competência de realização das Formações quilombolas, da forma como se verifica no MOQUIBOM, que sempre foram realizadas ou mediadas pela CPT.

Durante a entrevista com o sr. Crodival, foi possível notar que as formações respondem à grande necessidade das comunidades quilombolas de adquirirem mais conhecimentos sobre a questão da identidade quilombola:

Mesmo hoje com tanta divulgação, tem muita gente que ainda não sabe muita coisa do Movimento, sobre ser quilombola. Principalmente aqui em Bequimão, tem gente da comunidade quilombola que diz: “esses quilombolas”. Ele não diz: “nós quilombolas”. Essa questão é de carência total das comunidades quilombolas. (transcrição de entrevista

com sr. Crodival)

Inicialmente na trajetória histórica da noção de quilombo esse termo possuía vínculos profundos com o ideário colonial que lhe imputava um caráter discriminatório. O quilombo era referenciado a um lugar de “rebeldes” que negavam se inserir no sistema escravocrata. No contexto pós abolicionista, afirma Leite (2008), as lógicas racialistas que imputavam ao Brasil o projeto de embranquecimento da nação deixou para os negros uma “longa etapa de marginalização social e política da qual decorreu uma lógica de segregação sutil, disfarçada pela ideologia da mestiçagem” (p.966).

Para se apropriarem da condição de “remanescentes” de quilombo as comunidades precisam reconhecer seu vínculo com o passado histórico escravocrata. Muitos negam essa condição devido aos estigmas construídos ao longo do tempo pela historicidade mencionada no parágrafo anterior. É a própria luta dos Movimentos Sociais que tem sido a responsável pela ressemantização do termo quilombo que hoje carrega, como afirma Leite (2008), princípios de emancipação e cidadania que sempre foram negados desde a lógica colonial, mas que agora, pela força do movimento negro, já estão formalizados no plano jurídico, mas ainda não são compreendidos por todas as comunidades quilombolas, pelo menos, no Maranhão.

Situando tal debate numa conjuntura local, o MOQBEQ tem tentado disseminar nas comunidades de Bequimão que ser quilombola significa ser sujeito de direitos. Para isso tem mobilizado canais de diálogos por meio das formações entre lideranças de outros movimentos sociais como o MST, grupos de pesquisa das Universidades (como o LIDA/UEMA e o NERUNI/UFMA) e as comunidades inseridas nessa articulação.

O MOQBEQ tem promovido as formações como um canal que

servirá, nas palavras do sr. Crodival, “para trazer a história de como foram formados os quilombos” a fim de “educar mais o povo sobre o quilombo e sobre ser quilombola”.

As falas que expressam as reflexões dos próprios agentes sobre o que é o MOQBEG consistem na própria afirmação do que o movimento faz e possibilitam enxergar alguns aspectos sobre as andanças do Movimento Quilombolas no Maranhão.

3. Considerações finais

Os movimentos sociais são sistemas complexos de ação coletiva e para compreendê-los é necessário partir dessa premissa. Dada a heterogeneidade dos sistemas de relações que constroem determinado movimento social, configura-se a possibilidade da expressão do MOQBEG enquanto “fruto” e contraponto ao MOQUIBOM.

A trajetória do movimento quilombolas maranhense se constitui sob as bases da convicção de que é por meio da luta e reivindicação que as comunidades quilombolas terão seus direitos efetivados. Com base nessa convicção o Movimento constrói estratégias de ações coletivas como ocupação em órgãos públicos, conecta-se e estabelece canais de diálogos e mediação com outros atores externos.

O surgimento do MOQUIBOM enquanto movimento que se direciona para a causa negra no Maranhão se configurou diante de uma realidade de violência, invisibilidade sofrida por esse segmento étnico específico. O MOQUIBOM se estabelece contra hegemonia diante de um estado que se construiu sobre as bases da desigualdade e da exclusão.

Seja nas formações quilombolas, quanto nos enfrentamentos mais diretos, os mediadores constituem elemento indispensável para se pensar a luta do movimento quilombolas na Amazonia legal maranhense.

Tal mediação insere-se no âmbito das relações que as lideranças dos movimentos constroem com os “de fora”. Tomando por base a proposta de Melucci (2001), as ações do MOQBUIBOM/MOQBEBQ expressam-se como ação coletiva autônoma. Embora em interface com outros atores representativos do segmento de apoio à demanda dos quilombolas como universidades, sindicatos, outros movimentos sociais e agentes externos etc.

Nesse aspecto, em específico, a ação de mediação é responsável por construir uma ponte “entre uma gramática local da dominação e uma gramática extra local dos direitos fundamentais” (ARRUTI, 2006, p.22). Insere-se o MOQBUIBOM/MOQBEBQ nos estudos dos Novos Movimentos Sociais, considerando-se uma análise que reconhece que a luta quilombolas está submersa numa sociedade marcada pelas imposições de uma sociedade capitalista que favorece uma determinada classe social. Entende-se a atuação dessas articulações sociais como um movimento de resistência, enquanto expressão do aquilombamento contemporâneo que se manifesta contra estruturas do poder dominante do Estado.

O movimento de aquilombamento contemporâneo do MOQBUIBOM/MOQBEBQ que tem como prioridade maior não a titulação, imediata, dos territórios quilombolas, mas para além disto, a destruição de uma estrutura agrária comprometida com o latifúndio nestes cantos da Amazônia.

Referências

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Educ, 2006.

FURTADO, Marivania L. S. Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades. 2012. 313 f. Tese (Doutorado em

Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP/Presidente Prudente.

_____. Lógicas de se inserir x lógicas de se insurgir: a experiência quilombola das “tapagens” de casa e o “acesso” aos direitos constitucionais. In: Anais do I Encontro Estadual Habitat Urbano e Rural do Maranhão: formas de produção e usos da moradia popular tradicional maranhense, 2017, São Luís: UEMA, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. Etnográfica, vol. IV (2), p. 333-354, 2000.

MELUCCI, Alberto: A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? Cadernos CRH, Salvador. Vol. 21 no. 54, 2008.

SILVA, Regiane de Araújo. Das andanças dos movimentos quilombolas no Maranhão: Por uma etnografia nos interstícios. 2018. 59f -il. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

SOUSA, Igor Thiago Silva de. Movimentos sociais e poder: um esboço sobre a emergência do movimento negro no Maranhão. São Luís: Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Maranhão, 2014.